

DF

Cultura se rende à era dos tíquetes

31 MAR 1993

DE BRASÍLIA

Depois do vale-transporte e do vale-refeição, dois projetos de deputados distritais prevêem criação do vale-cultura

ANAMARIA ROSSI

Aera dos vales — vale-transporte, vale-refeição — chega agora ao consumo cultural. Dois deputados distritais têm projetos distintos que prevêem a criação do vale-cultura, uma espécie de bônus para ser trocado por ingressos de cinema, espetáculos e produtos culturais em geral. O projeto de Geraldo Magela (PT), que está sendo estudado pelo Conselho de Cultura, ainda não foi apresentado à Câmara Legislativa. Enquanto isso, tramita nas Comissões o projeto do deputado José Edmar Cordeiro (PTR), com algumas diferenças em relação ao primeiro.

Magela inspirou-se em projeto que está sendo discutido pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, conhecido como "tíquete-cinema", elaborado por sugestão do Sindicato dos Técnicos em Cinema do Rio. Mas o deputado brasiliense resolveu incluir outros produtos, além do cinema, na sua lista para consumo de cultura: ingressos para circo, shows, teatro, aquisição de livros, obras de arte e aluguel de fitas de vídeo.

Se o esboço do projeto não sofrer grandes alterações, o vale-cultura será distribuído por empresas públicas, privadas e de economia mista governista e prioritariamente para seus funcionários, beneficiando-se do incentivo fiscal. O incentivo consiste no abatimento mensal do valor destinado ao vale-cultura dos impostos (IVVC, ISS e IPTU) devidos ao Tesouro do DF, até o máximo de 10% do imposto devido.

Os estabelecimentos que receberem os vales deverão trocá-los por moeda corrente em agências do BRB, descontando-se 10% do valor. Desses 10%, 2% vão para a operacionalização do vale-cultura e 8% serão destinados ao Fundo de Apoio à Arte e à Cultura (Faac). Os vales deverão ser utilizados na proporção de 60% para consumo de produtos nacionais e 40% para produções estrangeiras, podendo-se reverter a segunda porcentagem em



O deputado Geraldo Magela só pretende apresentar o projeto depois de muita discussão

favor da primeira. Nenhum vale-cultura poderá ter valor inferior ao menor preço de um ingresso cultural em vigência.

Magela pretende apresentar o projeto à Câmara somente depois de ter discutido com a comunidade cultural, governo e empresários. "Creio que até o final de abril poderei encaminhá-lo ao plenário, para que esteja provado em maio", diz. O deputado espera a adesão imediata do Secretário de Cultura, Fernando Lemos, ao seu projeto. "Se tivermos problema, será a resistência da Secretaria da Fazenda", completa.

Reciclando — O vale-cultura do deputado José Edmar é diferente do que propõe Magela, sobretudo em sua origem. O projeto 519, apresentado à Câmara em agosto de 92, prevê a troca de lixo reciclável por vale-alimento e vale-cultura, numa operação administrada pela Sematec (Secretaria do Meio-Ambiente e Tecnologia do DF). "Teríamos mais gente consumindo cultura e ao mesmo tempo um melhor aproveitamento do lixo reciclável", defende José Edmar.

A troca funcionaria nos moldes de um ferro-velho: em vez de receber dinheiro vivo pelo material reciclável, a comunidade brasiliense receberia vale-alimento ou vale-cultura. Os vales-alimento seriam trocados por produtos nos supermercados da SAB (Sociedade de Abastecimento de Brasília) e os vale-cultura, por ingressos para espetáculos na Fundação Cultural. O material reciclável arrecadado teria seu destino definido pelo SLU.

O projeto de José Edmar já foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com parecer favorável, e atualmente está tramitando nas outras Comissões. O deputado espera que até o final de maio ele seja submetido ao plenário. Depois disso, o Executivo ainda terá 90 dias para regulamentar a lei. O projeto de Geraldo Magela prevê apenas 30 dias para regulamentação.